LEI MUNICIPAL Nº564/99, DE 04 DE OUTUBRO DE 1999.

“DISPÕE SOBRE A DESVINCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DO PROGRAMA FEDERAL DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PASEP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LUIZ CONCI, Prefeito de Faxinalzinho, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:

Art.1º - O Município de Faxinalzinho, deixa de contribuir para o Programa Federal de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP.

Art.2º - Fica assegurado aos servidores municipais a manutenção do direito a percepção do abono anual, na forma de condições previstas no artigo 239, § 3º, da Constituição Federal, com início de pagamento na data do aniversário de cada servidor beneficiário, a partir de janeiro do ano 2001.

Art.3º - Fica assegurado aos servidores municipais o direito de levantar os valores depositados no PASEP, na forma da legislação federal.

Art.4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a primeiro de setembro de 1999, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE FAXINALZINHO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE HUM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE.

LUIZ CONCI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM, 04 DE OUTUBRO DE 1999.

ELSOM JOSE PELIN
SECRETÁRIO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Senhor Presidente, Nobres Vereadores.

Na oportunidade em que nos dirigimos a Vossa Excelência, encaminhamos projeto de lei que dispõe sobre a contribuição do Município ao Programa Federal de Formação do Patrimônio do servidor Público – PASEP, para que seja submetido à apreciação dos ilustres vereadores dessa Câmara Municipal.

No artigo 1º e seguintes do projeto, o Município de Faxinalzinho, deixa de contribuir para o PASEP, desvinculando-se do Programa. A cobrança, intitulada como contribuição social, surgiu no período ditatorial através da Lei Complementar n.º 08, datada de 03 de dezembro de 1970.

Nesta, ficou estabelecido que fariam parte do Programa todos os Estados, Municípios, empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e fundações criadas e mantidas pelo Poder Público. Também estatuiu o texto legal, no seu artigo 8º, a necessidade de adequação por parte do Município, para que a norma tivesse aplicação e eficácia, ficando assim, condicionada à edição de legislação própria do Município, afim de que haja determinação local para tais transferências de créditos.

É evidente que o Município pode participar de programas federais e contribuir para os fundos que os suportam. No entanto, para que isto ocorra, imperioso é existência de (1) Lei Federal apoiada na Constituição e (2) Adesão Voluntária do Município.

No caso específico do PASEP, a União criou um Programa de benefícios aos servidores públicos. Porém, foi mantido o respeito à legislação em vigor. A Lei editada não poderia compelir os Município ao pagamento da contribuição, razão pela qual previu no artigo 8º a adesão voluntária ao Programa. A União não teria nenhum amparo legal, muito menos constitucional, para obrigar o desconto.

Daí surge o convite forçado para as Municipalidades aderirem, possibilitando o ingresso de forma livre e espontânea no sistema de contribuição. Somente o legislador municipal tem a condição legal para impor ao Município tal pagamento, o que não ocorreu em nosso Município. Desta afirmação, pode-se concluir que o único fundamento jurídico da contribuição deveria ser justamente uma lei municipal e mais nenhum outro.

Na verdade e do ponto de vista legal, o Município não possui e nunca teve a obrigação de efetuar o pagamento. O dever jurídico não persiste apenas com a manutenção da Lei Federal, pois foi extinto no âmbito local a imposição do atrelamento.

Há que se destacar que o nosso Município não aderiu ao PASEP, como determinava a Lei Complementar N.º 80/70. Não configurou-se a auto-obrigação de tais recolhimentos, o que abre a possibilidade de serem ressarcidos aos cofres da municipalidade os valores descontados indevidamente.

O Projeto que ora é submetido aos Nobres Edis, fundamentam-se na autonomia dos entes federados do Brasil e no próprio princípio federativo. Os Municípios, especialmente após a promulgação da Constituição da República de 1988, em seu artigo 30, detém o poder legal de dispor sobre os assuntos do seu peculiar interesse.

A Lei proposta terá validade e eficácia, desobrigando o Município ao recolhimento mensal do PASEP, não cabendo à União contestar a legitimidade da decisão ou ainda negar seus efeitos. Afinal, esta contribuição não possui nenhum amparo constitucional para sua manutenção.

Quando nos referimos ao termo contribuição, esta é devida pelo setor privado, como no caso do PIS. Para os agentes públicos, a definição é imposto ou taxa. Em ambos estaria vedada a cobrança, pelo princípio da imunidade tributária recíproca, contida no artigo 150 da CF/88. Desta forma, a Lei que criou o PASEP só pode ter aplicabilidade na medida em que o Município expresse textualmente sua vontade. E isso pode se dar através de lei municipal.

No sistema da Constituição de 1988, são tributos da espécie contribuição somente os devidos pelos privados e pelas empresas estaduais, e municipais equiparadas, em seu regime, ao setor privado. Por conseguinte, não são exigíveis o PASEP das pessoas da Administração Direta e das Indiretas delegadas de serviço público. Essas entidades somente podem contribuir para o fundo mediante livre deliberação legislativa.

Unificados que foram o PIS e o PASEP, ainda no regime da Constituição anterior, tivemos a destinação pela União de recursos financeiros públicos a um programa de finanças privado. Importante salientar é que com o advento da nova Carta, a arrecadação das contribuições do PIS/PASEP, em sua integralidade passou a financiar o programa do seguro-desemprego e o abono de um salário mínimo anual, nos termos do artigo 239 da CF.

A finalidade original do PASEP foi desviada, onde 60% dos recursos são alocados para o seguro-desemprego, de trabalhadores privados, e os demais 40% são destinados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. E esta determinação está expressa na própria Carta Magna, verbis:

“Art.239 – A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar n.º 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar n.º 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programas do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.”

O parágrafo 3º, referido pelo artigo acima, diz que os trabalhadores contribuintes do PIS e os servidores públicos, do PASEP, que perceberam remuneração média mensal de até dois salários mínimos, terão assegurado o pagamento de um abono anual correspondente a um salário mínimo.

A partir de 1998, todas as contas, vinculadas do servidor público estão zeradas, ou seja, não foram realizados mais quaisquer depósitos em suas contas, pois todos os recursos pertinentes a essa contribuição estão funcionando os trabalhadores do setor privado, através do seguro – desemprego.

Não há dúvidas de que o presente Projeto de Lei visa atender os interesses do Município, sem descuidar-se dos servidores até hoje beneficiados com o abono anual de um salário mínimo, sem descuidar-se dos servidores até hoje beneficiados com o abono anual de um salário mínimo, se efetivamente houver algum. O recolhimento mensal que é efetuado pelos cofres da Prefeitura são elevados. A lei determina que serão destinados ao PASEP 1% de todas as receitas correntes. Ao final de cada exercício, as elevadas somas que deixam o erário público municipal são canalizadas para outras finalidades que não as propostas originalmente para o Programa.

A manutenção do sistema vigente apenas proporcionará a vantagem do abono anual aos servidores que recebem até dois salários mínimos anuais. Não existe outro benefício.

As vantagens adicionais poderão ser obtidas, não somente pelos servidores em questão, mas de resto para toda a comunidade local, na medida em que estes recursos não mais sairão dos cofres municipais. Os recursos que são debitados do Município para o PASEP são elevados e o retorno para os servidores, convertido no abono anual, praticamente insignificante.

O Projeto não deixa margem de dúvidas quanto à manutenção de todos os direitos do servidor sobre o programa. O Governo Federal já modificou totalmente o Programa, razão pela qual não há mais motivo para continuar o recolhimento a União. Não deverá ser o servidor público local quem deve cobrir os gastos com seguro – desemprego.

Os servidores público e a comunidade local saberão canalizar mais adequadamente os recursos hoje destinados ao PASEP, com a garantia da manutenção do abono anual aos servidores que recebem até dois mínimos. Desta forma todos ganham; os servidores que mantêm seu direito, a Prefeitura que terá mais recursos em caixa e a comunidade que poderá receber algum dinheiro a mais para investimentos.

Faxinalzinho, 04 de outubro de 1999.

LUIZ CONCI
Prefeito Municipal